

CONGRESSO

Protocolado pedido para a CPI do Master

Deputado Rollemberg reúne 201 assinaturas de apoio. Comissão deve analisar negociação de R\$ 12 bilhões em títulos e carteiras de crédito entre o banco e o BRB

» WAL LIMA

Com 201 assinaturas, o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) protocolou, ontem, um pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara para investigar as suspeitas de fraudes financeiras bilionárias do Banco Master. O foco do colegiado vai ser a negociação estimada em R\$ 12 bilhões em títulos e carteiras de crédito entre a instituição financeira e o Banco de Brasília (BRB).

Rollemberg aguarda despacho da Presidência da Câmara para leitura em plenário e início do processo formal de instalação. Atualmente, não há comissões parlamentares de inquérito em funcionamento na Casa. Isso elimina impedimentos regimentais para a criação do colegiado.

Por meio de nota, o deputado argumentou que a dimensão do caso exige uma resposta imediata do Congresso Nacional. Ele apontou que, além do sistema financeiro, o esquema atinge o campo político, envolvendo autoridades estaduais e federais. “Essa é uma oportunidade histórica para a Câmara dos Deputados se aproximar do desejo da população. É uma obrigação da Câmara instalar essa CPI para investigar aquilo que é o maior escândalo da história do Brasil”, afirmou o parlamentar.

As operações que envolveram a aquisição dos títulos pelo BRB — banco público do Distrito Federal — levantaram alertas em órgãos de controle. Em depoimento à Polícia Federal, o diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton Aquino, afirmou que o Banco de Brasília poderá cobrir eventuais prejuízos de até R\$ 5 bilhões.

Além do pedido de CPI na Câmara, parlamentares articulam, em paralelo, a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar o caso. A iniciativa é liderada pelas deputadas Heloísa Helena (Rede-AL) e

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Essa é uma oportunidade histórica para a Câmara dos Deputados se aproximar do desejo da população. É uma obrigação da Câmara instalar essa CPI para investigar aquilo que é o maior escândalo da história do Brasil"

Rodrigo Rollemberg, deputado federal (PSB-DF)

Fernanda Melchionna (PSol-RS) e tem o número necessário de assinaturas de senadores, mas com dificuldades para alcançar o apoio mínimo entre deputados.

Para Heloísa Helena, a CPMI é necessária, pois teria mais autonomia para avançar nas investigações. “A única comissão que é instalada de pronto, sem se submeter às Mesas da Câmara ou do Senado, é a comissão parlamentar mista”, disse a congressista ao **Correio**. “Estamos trabalhando intensamente para garantir as assinaturas de deputados. As dos senadores foram todas alcançadas”, acrescentou.

A deputada afirmou que há

resistência política para a instalação do colegiado. “Existe uma muralha sendo levantada para impedir que os mistérios do Banco Master sejam desvendados. Todos os dias surgem indícios gravíssimos de crimes contra a administração pública”, declarou Heloísa.

Do lado da oposição, o deputado federal Coronel Chrisóstomo (PL-RO) defendeu que a investigação esclareça a atuação do Banco Master em diferentes frentes, incluindo o mercado de crédito consignado. “O Brasil quer saber quem são os envolvidos na fraude do Banco Master, quais cargos ocupam e quanto foi roubado. Queremos ouvir de Daniel

Vorcaro como esse esquema começou, quem participou e quanto dinheiro foi desviado, desde o prejuízo aos aposentados do INSS até outras frentes em que o banco atuou”, disse.

Outras frentes

Paralelamente aos pedidos de CPIs, o Banco Master também passou a ser alvo de apurações em outras comissões em funcionamento no Senado. A empresa aparece como um dos eixos relevantes das investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que apura fraudes contra aposentados e pensionistas, e da CPI do Crime Organizado.

No caso do INSS, surgiram indícios de que instituições financeiras tiveram participação central nas irregularidades. O presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG), solicitou uma audiência com o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), para tratar sobre a devolução dos dados de quebras de sigilo do empresário Daniel Vorcaro, dono do Master, para o Congresso.

Na CPI do Crime Organizado, os senadores Eduardo Girão (Novo-CE) e Magno Malta (PL-ES) apresentaram requerimento pedindo a quebra dos sigilos bancário e fiscal da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro Alexandre de Moraes. O deputado Rogério Correia (PT-MG) criticou a tentativa da oposição de convocar ministros do STF e familiares de magistrados, classificando a iniciativa como uma provocação política do bolsonarismo.

“Eu não vi nenhum requerimento formal, mas isso é mais uma provocação do bolsonarismo, uma ideologia que tenta enfraquecer o Supremo com esse ‘lero-lero’ de sempre”, disse ao **Correio**.

» LEIA MAIS sobre o Banco Master na página 7.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Troca de recados pauta abertura dos trabalhos no Supremo e no Congresso

O que não faltou foi troca de recados entre os chefes de Poderes, ontem, na abertura dos trabalhos do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar de protocolares, os discursos do presidente da Corte, ministro Edson Fachin, e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Supremo, e dos presidentes do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), no plenário da casa dos Deputados, deram o tom do que vai acontecer nos próximos meses, que antecede a campanha eleitoral. Politicamente, o destaque foi o anúncio de que a ministra Cármen Lúcia será a relatora do projeto de Código de Ética do Supremo, o que sinalizou a disposição de Fachin de enfrentar a resistência de seus pares à adoção de medidas para “autocontrolar” o Judiciário.

A abertura dos trabalhos de 2026 no Congresso Nacional e no STF foi um ensaio geral do conflito entre Poderes que antecede a campanha eleitoral. Formais na superfície, mas cada chefe de Poder falou para públicos distintos e mandou recados calculados para aliados, para adversários e para a opinião pública. O que se viu foi uma disputa por legitimidade e protagonismo, num contexto em que o sistema político entra pressionado pelo calendário eleitoral e por um desgaste institucional acumulado.

No Congresso, Davi Alcolumbre deixou claro que o Legislativo será um polo de resistência tanto ao Executivo quanto ao Judiciário. Ao reiterar que harmonia não significa subordinação, o presidente do Senado reafirmou a narrativa dominante no parlamento de que o Congresso teria sido progressivamente comprimido por decisões judiciais e por tentativas do governo de reordenar o controle sobre emendas parlamentares. Não foi um discurso apenas defensivo, mas de projeção de poder: “Quando o Brasil tensiona, é aqui que ele se recompõe”, disse. Para o congressista, o Congresso é o centro de gravidade do sistema político, quando o tribunal teria ocupado esse espaço nos últimos anos.

Esse movimento ganha densidade quando associado à sinalização política sobre a indicação de Jorge Messias ao Supremo. O recado é cristalino: o Senado não pretende renunciar ao poder de veto político sobre a composição da Corte. O recado foi claro: a sabatina pendente será um instrumento de barganha institucional, não apenas um procedimento formal. Em ano eleitoral, o Legislativo sinaliza que não aceitará decisões unilaterais nem do Planalto nem do Judiciário sem reação.

Na Câmara, Hugo Motta reforçou essa linha. Defendeu as emendas parlamentares como expressão concreta da soberania do Congresso. Ao enquadrá-las como mecanismo de alcance do Estado aos “rincões do Brasil”, Motta não apenas defendeu um instrumento de poder orçamentário, mas também reagiu à narrativa de moralização que associa emendas à opacidade e clientelismo. Sinalizou que qualquer tentativa de mexer na execução das emendas parlamentares ao Orçamento da União sem o Congresso será tratada como afronta institucional.

Código de Ética

No Judiciário, o presidente do STF, Edson Fachin, busca reposicionar a Corte num momento de desgaste. No seu discurso, reconheceu que o Supremo chegou a um ponto de saturação do seu protagonismo excessivo e das ambiguidades judiciais. Episódios recentes, principalmente o caso da liquidação do Banco Master, fragilizam a percepção pública de imparcialidade da Corte. Ao falar em “autocorreção” e em reencontro com o “sentido essencial da República”, Fachin admitiu que a legitimidade da Corte já não pode se apoiar apenas na defesa da democracia frente ao golpismo.

A decisão do presidente do Supremo de transformar o chamado “Código de Conduta” em Código de Ética não é semântica: é política. Eleva o grau de exigência moral e sinaliza que o problema não é apenas procedimental, mas de comportamento institucional. A escolha deliberada da ministra Cármen Lúcia como relatora reforça essa leitura. Trata-se de uma ministra identificada com uma visão mais restritiva da exposição pública dos magistrados e mais rigorosa quanto a conflitos de interesse. Fachin aposta, assim, em um movimento de dentro para fora: preservar a autoridade do STF passando pelo reconhecimento de seus próprios limites.

Ao anunciar data e cronograma, o presidente do STF transformou o discurso em promessa que será cobrada pela sociedade. O debate sobre ética será um teste para sua liderança. Setores da Corte veem o código como uma tentativa de “engessamento”. Na realidade, existe uma disputa de poder entre os próprios ministros. A tensão não é apenas com os demais Poderes, mas interna, entre concepções distintas de atuação judicial.

O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no STF, completou esse quadro ao reforçar a aliança simbólica entre Executivo e Judiciário na defesa da ordem constitucional. Ao exaltar as condenações pela tentativa de golpe, Lula buscou consolidar a narrativa de que a democracia venceu porque as instituições funcionaram.

Ao mesmo tempo, respondeu às críticas de “ativismo judicial” ao afirmar que o Supremo não usurpou funções, mas cumpriu seu dever constitucional. Ao elogiar o papel do STF e defender sua atuação contra desinformação e abusos eleitorais, Lula reforça o protagonismo da Justiça no processo eleitoral de 2026.

Sem Lula, Legislativo inicia 2026

» ALÍCIA BERNARDES
» LETÍCIA CORRÊA*

O Congresso Nacional reabriu, ontem, trabalhos legislativos para 2026. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), conduziu a sessão solene e, em discurso, ressaltou o papel institucional das Casas como um dos pilares da estabilidade política do país, defendendo o diálogo entre os Poderes. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não compareceu à cerimônia, e foi representado pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa. O chefe do Planalto encaminhou aos parlamentares uma mensagem na qual fez um balanço das principais conquistas do ano passado e apresentou os desafios e prioridades do governo federal.

O Congresso iniciou o ano em um cenário considerado atípico por causa das eleições, período em que tradicionalmente há redução no ritmo das votações. Nesse contexto, Alcolumbre deverá administrar pressões de diferentes frentes: da oposição, que cobra a análise de pautas sensíveis ao governo, e da base governista, interessada em avançar com projetos prioritários do Planalto e indicações para cargos estratégicos.

A mensagem de Lula reforçou a inserção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5.000, uma das principais apostas dos governistas para o período eleitoral. “Nesses três últimos anos, a parceria com o Congresso Nacional tem sido fundamental para importantes avanços. Nos momentos cruciais, este Parlamento demonstrou estar atento aos reais interesses do Brasil e do povo brasileiro. Nosso próximo desafio é o fim da escala 6x1 de trabalho, sem redução de salário.”

Wagner Lopes/CC



Rui Costa com Alcolumbre e Motta na entrega da mensagem do Planalto ao Congresso

“O tempo é um dos bens mais preciosos para o ser humano. Não é justo que uma pessoa trabalhe duro toda a semana e tenha apenas um dia para descansar o corpo e a mente e curtir a família”, diz o documento de Lula, lido pelo primeiro secretário da Câmara, o deputado Carlos Veras (PT-PE).

O presidente afirma que 2025 foi marcado “pela maior ofensiva contra o crime organizado de todos os tempos”.

“Pela primeira vez, o combate às facções criminosas chegou ao andar de cima. A Operação Carbone Oculto desmantelou um esquema bilionário que utilizava distribuidoras, refinarias, postos de gasolina e fintechs para lavagem de dinheiro do crime”.

Além das pautas de interesse do Executivo, a oposição deve intensificar a pressão por investigações e debates que atinjam o governo e o Judiciário. No Senado, seguem no radar a CPI do INSS, que apura fraudes em descontos aplicados a aposentados e pensionistas, e as discussões sobre a crise envolvendo o Banco Master.

Mais diálogo

O líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE), afirmou, ontem, que o diálogo do presidente da Casa, Hugo Motta, com representantes do Palácio do Planalto “evoluiu”. “Para cá, as coisas evoluíram, o diálogo avançou e a nossa expectativa

de votar as matérias que conciliam a todos”, disse à imprensa.

O parlamentar havia comentado sobre o tema no fim do ano passado. Na ocasião, ele disse entender que o Congresso teve embates sensíveis com o Executivo, mas após negociações, que envolveram o próprio presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, 2026 tende a ser mais favorável.

“Terminamos o ano com um saldo político positivo. A relação estava estrangulada em determinado momento, mas o diálogo foi retomado e funcionou. A relação do governo com a Câmara termina o ano em outro patamar”, declarou à época.

*** Estagiária sob a supervisão de Luana Patriolino**